

SERJUSMIG

Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais

XXII ENCONTRO DE DELEGADOS DO SERJUSMIG

O SERJUSMIG realizará o seu XXII Encontro de Delegados e Delegadas no período de 03 a 05 de dezembro de 2021, no Dayrell Hotel e Convenções.

Nos debates, estão em pauta a Reforma Administrativa Federal (PEC 32/2020); a possibilidade de adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal da União e as consequências; Previdência Complementar; decisão de migração e utilização do Simulador Compare; resumo de lutas jurídicas e políticas.

Durante o evento, o SERJUSMIG irá prestar as contas da entidade aos filiados e filiadas, referentes ao período de outubro de 2019 a agosto de 2021. Durante esse período, o Conselho Fiscal se reuniu com frequência para apreciar as contas do Sindicato. As demonstrações contábeis foram encaminhadas via e-mail a todos os delegados sindicais.

Em caso de dúvidas, haverá um representante do Conselho Fiscal em plantão para atendimento, na sede do Sindicato, durante os dias 30 de novembro a 02 de dezembro, entre às 13h e 17h. Está também disponível o e-mail: conselhofiscal@serjusmig.org.br

As medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades deverão ser observadas durante todo o Encontro de Delegados.



Foto: Wallace Oliveira

EDITAL

SERJUSMIG - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - Edital de Convocação - AGE - Prestação de Contas

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, neste ato representado por seu presidente, Rui Viana da Silva, nos termos dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11, de seu estatuto, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 04 de dezembro de 2021 (sábado), às 8h30, na 1ª convocação, com o número regimental; e às 9h, na 2ª convocação, com o número de participantes, no Dayrell Hotel e Convenções, situado na Rua Espírito Santo, nº 901, Centro de Belo Horizonte (MG), para deliberar, aprovando ou rejeitando, o seguinte:

A) Prestação de Contas do SERJUSMIG referente aos períodos de: 1º de outubro a 31 de dezembro de 2019, 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, e, ainda, de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2021, com análise e votação, pelos sindicalizados presentes na AGE, das contas da entidade no citado período, devidamente analisadas e relatadas pelo Conselho Fiscal.

Durante a Assembleia Geral, será franqueada a entrada e a participação de qualquer sindicalizado no espaço do hotel onde a AGE será realizada. Encerrada a AGE, imediatamente serão retomadas as atividades do 22º Encontro de Delegados do SERJUSMIG, o qual é fechado aos Servidores(as) devidamente inscritos(as) para participação no mesmo, cujos nomes foram aprovados de acordo com a regras para a participação.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

(a) Rui Viana da Silva
Presidente/SERJUSMIG

DIREITOS DE SERVIDORES E SERVIÇO PÚBLICO EM RISCO

Regime de Recuperação Fiscal em Minas Gerais

A população e Servidores Públicos de Minas Gerais estão sofrendo uma grave ameaça, a proposta de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, Projeto de Lei 1202/2019, do Governo Zema. No dia 1º de outubro, o governo protocolou um pedido de urgência para a tramitação da proposta.

Para a adesão ao RRF, o governo de MG será obrigado a seguir medidas de austeridade, como o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária, a proibição de novos concursos públicos e a retirada de direitos como quinquênio, férias-prêmio e adicional de desempenho (ADE).

A privatização de empresas estatais como Cemig e Copasa também está prevista no Regime de Recuperação Fiscal, causando aumento de tarifas e precarização dos serviços para a população.

O SERJUSMIG se une à trabalhadores de todo o estado contra a o Regime de Recuperação Fiscal, com tenda permanente em frente à Assembleia Legislativa, diálogo com os deputados, atos públicos e campanhas publicitárias. Acompanhe nosso site e redes sociais e faça você também parte

desta luta.

Com o pedido de urgência, o PL 1.202/19 deve passar pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO). Depois, vai a Plenário para votação, em turno único.



#DefesadoServiçoPúblico

PEC 32 EM TODO O PAÍS

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, conhecida também como Reforma Administrativa, é alvo de denúncias de inconstitucionalidades e desmonte total do Serviço Público no Brasil.

A PEC altera 27 trechos da Constituição e acrescenta outros 87. Pontos como privatização do Serviço Público, definição de processo para demissão de Servidor Público, contratações temporárias e outros irão promover mudanças profundas na estrutura do Estado caso aprovada.

Entre os direitos que poderão ser retirados da categoria são: licença-prêmio; adicional por tempo de serviço; parcelas indenizatórias; adicional de substituição não efetiva; progressão na carreira e promoção baseada em tempo de serviço; incorporação ao salário por substituição; redução de até 25%

da jornada e remuneração, entre outros direitos.

Com debates e tramitação realizados sem participação popular ou debate com os cidadãos, os Servidores e suas entidades, em razão da pandemia, a Reforma Administrativa tem sido combatida árdua e permanentemente por trabalhadores de todo o país.

O SERJUSMIG participa ativamente da luta, com manifestações em Brasília, ações nas comarcas do estado, campanhas de denúncia à população e diálogo com deputados. Acompanhe nosso site e redes sociais e fortaleça a luta em defesa dos Serviços Públicos.

O texto segue para votação em Plenário, ainda sem data definida, onde são necessários três quintos dos votos, ou seja, 308 deputados federais.

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Rui Viana da Silva; **1º Vice-Presidente:** Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **2º Vice-Presidente:** Ronaldo Ribeiro Júnior; **3º Vice-Presidente:** Eduardo Mendonça Couto; **Diretor Secretário:** Adilson Silveira; **Sub-Diretor Secretário:** Tatiana Correia Borges; **Diretor Financeiro:** Willer Luciano Ferreira; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Carla dos Santos Almeida; **Sub-Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues; Gomes; **Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Théo Lélis Alves Nardelli; **Sub-Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Márcio Vinícius Barros Ferreira; **Diretor Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Sheila Augusta Ferreira Fernandes Salomé.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 2º) Seabra Júnior Ferreira Santos; 3º) Wellington Quintiliano; 4º) Juscelino Rademarker de Oliveira; 5º) Jorge Antônio de Almeida; 6º) Antônio Carlos L. Ribeiro; 7º) Jorcelina A. Ferreira. **SUPLENTES:** 1º) Juliano Ribeiro da Cunha; 2º) José de Queiroz Toledo; 3º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 4º) Nelma Borges Machado; 5º) Luciano César; 6º) Antônio Ancelmo de Souza; 7º) Eduardo Ramiro Fernandes Sousa.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Editora Responsável: Maira de Mello Gomes; **Textos:** Maira Gomes, Wallace Oliveira e Carla Abreu; **Diagramação:** Carolina Garcia; **Fotos:** Wallace Oliveira, Carla Abreu e colaboradores

Data-base, nomeação de concursados, PV e outras demandas são discutidas em mesa de negociação com TJMG

TRATATIVAS Presidente anunciou, no último mês, reposição em 9,32% das perdas salariais do último biênio

No mês de julho, teve início no TJMG uma mesa de negociações envolvendo a direção do Tribunal e os sindicatos SERJUSMIG, SINDOJUS e SINJUS-MG. A mesa tem em pauta, diversas demandas dos Servidores, como a recomposição das perdas inflacionárias e demais questões pecuniárias, concursos públicos, regulamentação do teletrabalho, carreira, entre outras.

No dia 20 de outubro, em live com os sindicatos, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, anunciou o atendimento a um conjunto de pautas, a saber:



Foto: Cecília Pederzoli / TJMG



Data-base: recomposição das perdas de 2020 e 2021 em 9,32%.



Concurso: nomeação de 298 servidores do concurso vigente.



Novas contratações: providências para contratação de um terceirizado por unidade judiciária para auxílio ao gerente de secretaria, no exercício de atividades que não sejam exclusivas de servidores.



Promoções Verticais:

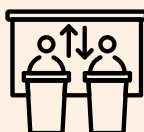
- Aprovação da resolução 972/2021, autorizando o acréscimo na PV 2019 de 28 servidores.
- Pagamento de atrasados da PV 2019 na folha de novembro 2021, com crédito no 1º dia útil de dezembro.
- PV 2020 e 2021: disponibilização de cronogramas destes dois editais.



Teletrabalho: aprovação da resolução 973/2021, regulamentando o teletrabalho.



Auxílio-creche: aprovação da resolução 974/2021, facilitando o acesso dos Servidores ao benefício.



Diligências: a presidência mostrou disposição para, tão logo seja superado o entrave legal decorrente da LC nº 173/2020, a partir de 01/01/2022, proceder com a justa revisão sobre o valor da diligência. Sobre esse ponto, o SINDOJUS e o SERJUSMIG apresentaram um ofício conjunto pautando a questão.

A luta continua

As tratativas dos sindicatos com representantes do TJMG para abordar as demandas dos trabalhadores seguem acontecendo. As atualizações são divulgadas na página oficial do Sindicato: site.serjuszmg.org.br.

Pesquisa CNJ: política de cotas aumentou participação de negros, mas Judiciário brasileiro ainda é marcado por grande desigualdade

Após a implementação de cotas raciais no Judiciário brasileiro, o percentual de negros na magistratura cresceu. Porém, os tribunais seguem sendo espaços marcadamente atravessados por uma profunda desigualdade racial, como aponta pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Sub-representação

Do total de 89 tribunais que responderam à pesquisa, 56 adotaram as cotas raciais em seus processos seletivos, conforme estabelecido na resolução 203/2015; em 16 deles, houve impugnação de alguma fase do concurso, posterior ao edital, em razão das cotas raciais. Além disso, 14 tribunais relataram dificuldades para o cumprimento da resolução.

Quanto aos resultados da adoção de cotas, nota-se que, nos tribunais que aplicaram a resolução, o percentual de negros nas magistraturas cresceu de 12%, em 2015, para 21%, em 2020. Entre os servidores, houve um crescimento menor, de 28% pra 31%.

Todavia, nitidamente, a proporção de pessoas negras é maior nas divisões com menores remunerações e poder nos tribunais. O percentual mais significativo de negros encontra-se entre estagiários (33,9%), seguido por servidores (30%), enquanto a magistratura tem apenas 12,8%.

Também é nítida a disparidade entre regiões brasileiras, quando se considera a Justiça Estadual, ramo responsável por 68% da força de trabalho no Judiciário. Nas regiões Norte e Nordeste estão alocados os maiores grupos de magistrados negros, entre 62,7% e 30,2%.

[CLIQUE AQUI E ACESSE O RELATÓRIO COMPLETO DA PESQUISA](#)

Apenas um passo, embora importante

“Este sistema de cotas é uma reparação aos negros, que sempre viveram em uma subalternidade imposta pela cultura branca e sempre tiveram menores possibilidades de ascensão pessoal, financeira, política, de todas as naturezas”, a avaliação é da trabalhadora negra, assistente social e diretora do SERJUSMIG, Ana Maria Bertelli.

Ana afirma que não se pode desconsiderar a importância das cotas, mas é preciso também ter em conta que ainda há um grande caminho para a superação do racismo. “As cotas não acabaram com a desigualdade entre brancos e negros e a representação social que o negro tem nessa cultura imposta”, ressalta.

SERJUSMIG
Unir, Lutar e Vencer

Acesse nosso podcast e saiba mais sobre o assunto!



Chegou o Serjusmig Benefícios. Economize em produtos e serviços!

Serjusmig agora conta com mais benefícios! Você também economiza nas compras do dia a dia com nosso Clube de Vantagens.

